

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 238, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Altera o caput do Art.11, e revoga os o §1º e §2º do art. 11, altera o §1º e §2º do Art. 12, cria o §5º do Art. 12 da Lei Municipal 1.841, de 24 de março de 2004.

**O PREFEITO MUNICIPAL**, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

Art. 1º Fica altera o caput do art.11. da Lei Municipal nº 1.841, de 24 de março de 2004, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 11. Os auxílios às pessoas físicas serão concedidos àquelas residentes no Município.”

Art. 2º Fica alterado o § 1º e §2º do art.12 da Lei Municipal nº 1.841, de 24 de março de 2004, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12. (...)

§1º Caberá a Secretaria autorizar a execução do serviço de sua competência;

§2º Na hipótese prevista no inciso VI e VIII, caberá a Secretaria da Assistência Social e Trabalho.

§3º (...)

§4º (...) “

Art. 3º Fica criado o §5º do Art. 12 da Lei Municipal 1.841, de 24 de março de 2004, que terá a seguinte redação:

“Art. 12. (...)

§5º É de competência da Secretaria da Saúde, nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 12 de dezembro de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária de Administração

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 238, de 12 de dezembro de 2013, que: “Altera o caput do Art.11, e revoga os o §1º e §2º do art. 11, altera o §1º e §2º do Art. 12, cria o §5º do Art. 12 da Lei Municipal 1.841, de 24 de março de 2004.”

O presente de Lei em tela, visa regulamentar a lei de origem, Lei Municipal nº 1.841 de 24 de março de 2004, onde de um lado não especificava, qual a Secretaria deveria suportar os gastos elencados nos incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X, que devem em razão da Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS nº 39, de 2010, conforme Parecer nº 23.749/2013, do Instituto Gamma de Assessoria à Órgãos Públicos – IGAM, que em suma diz:

**“Conclusão: medicamentos, consultas, exames, órteses e próteses, aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de roda, muletas, etc., são benefícios de saúde à serem custeados e cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde independentemente da situação econômico-financeira do usuário, sendo universal o acesso a esses benefícios.” (Grifo nosso).**

Sendo assim, é de suma importância a aprovação do presente projeto, para alinhar a Lei Municipal com a Resolução Federal de nº 39, do Conselho Nacional da Assistência Social, assim cumprindo na íntegra o Princípio da Legalidade consagrado na Constituição Federal de 1998.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal